



São quase 200 as empresas que aderiram ao Revitalizar

Em causa estão 6.500 postos de trabalho e um volume de facturação de 808 milhões de euros. O Programa Especial de Revitalização tem já 187 candidatos.

MÓNICA SILVARES

monica.silvares@economico.pt

São já 187 as empresas que se apresentaram ao Programa Especial de Revitalização (PER) para tentar evitar a falência, optando por um processo de recuperação e reestruturação. No seu conjunto estão em causa 6.500 postos de trabalho e cerca de 808 milhões de euros em volume de facturação, segundo os dados do gabinete do secretário de Estado adjunto da Economia, a que o Diário Económico teve acesso, referentes a 8 de Outubro.

António Almeida Henriques, que coordena a comissão interministerial do Programa Revitalizar, sublinhou, em declarações recentes, que este número de adesões é “um sinal inequívoco da actualidade e pertinência do Revitalizar, que confere uma segunda possibilidade de recuperação e crescimento a empresas viáveis”. Em termos de sectores, é a indústria que lidera em termos de adesões com 29% (53 processos de adesão; seguida da construção (26% e 49 processos e do comércio (19% e 35 processos). A expectativa é de que o programa tenha um novo impulso quando as sociedades gestoras dos três fundos de capital de risco de base regional que vão apoiar os programas de revitalização das empresas estiverem operacionais. A comissão de avaliação já apresentou aos concorrentes os resultados provisórios que apontam para a escolha da Explorer Investments, Oxy Capital - SCR e Capital Criativo foram as três capitais e risco escolhidas para gerir os fundos das regiões Norte, Centro e Sul, respectivamente. Está agora aberto um período de audiências dos concorrentes. E, tal como o Diário Económico avançou na sua edição de ontem algumas das 11 sociedades que ficaram de fora contestam os critérios usados. Quem tem objecções ainda pode fazer valer os seus argumentos, até 22 de Outubro, junto da Comissão composta por 14 membros - sete representantes do Estado e sete da banca. O Diário Económico sabe que apesar das objecções levantadas, não houve votos contra na escolha preliminar.

Assim que os fundos estiverem em funcionamento, as PME em dificuldades podem aceder a apoios até um máximo de 1,5 milhões de euros, por cada período de 12 meses, mas para isso têm de apresentar um plano de viabilização da empresa que seja aceite pelos credores. O Estado disponibiliza 110 milhões de euros do Quadro de

Adesões sectoriais ao PER

» Indústria

A indústria é o sector que lidera em termos de adesões com 29%, o que representa 53 processos de adesão;

» Construção

A construção representa 26% do conjunto de processos, ou seja 49.

» Comércio

O comércio tem 35 processos no PER, o que representa 19% do total.

» Serviços

O sector dos serviços tem 38 processos, ou seja 20% do conjunto de 187.

» Turismo, agricultura e pescas

Estes três sectores são responsáveis pelos remanescentes 12 processos.

Referência Estratégico Nacional (QREN), através dos Fundos Revitalizar, que são alavancados por igual quantia disponibilizada por sete instituições bancárias - Caixa Geral de Depósitos, BPI, BES, Millennium BCP, Banif, Montepio Geral e a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo.

QREN já tem taxa de execução de 15%

O QREN já atingiu uma taxa de execução de 50%. “Em 14 meses executaram-se quatro mil milhões de euros do QREN, alcançando uma taxa de execução de 50% a 15 de Setembro passado”, disse Almeida Henriques, em declarações ao Diário Económico. “Concretizámos em dobro e em metade do tempo o que o Governo anterior aplicou do QREN. Melhorámos também os pagamentos aos investidores do QREN e os reembolsos de Bruxelas, colocando Portugal no grupo dos quatro países da União com maiores transferências de Fundos Comunitários”, acrescentou o secretário de Estado justificando este desempenho com as medidas da reprogramação estratégica.

As empresas têm um nível de execução ligeiramente inferior dos fundos comunitários (49% a 15 de Setembro, ou seja 1409 milhões de euros). No entanto, o valor dos incentivos já aprovados já ascende a 2.872 milhões de euros, num total de 6.537 projectos aprovados. Em termos de decomposição dos fundos, o Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional (Feder) é aquele apresenta um grau de execução mais elevado (50,3%) seguindo do Fundo Social Europeu (FSE) com uma execução de 58,4% e finalmente o Fundo de Coesão com uma execução de 30,9%.

Com este nível de desempenho Almeida Henriques reitera que é possível chegar ao final do ano com uma execução de 60%. “O ‘score’ de 60% na aplicação do QREN a 31 de Dezembro (20% em 12 meses) é alcançável com as medidas que estamos a adoptar, nomeadamente a linha Investe QREN, o pacote da simplificação e a reprogramação estratégica, mas exige o esforço de todos”, garante.

A linha Investe QREN - que deveria estar operacional desde 16 de Agosto e ajuda as empresas a fazer face à componente nacional dos projectos, disponibilizando mil milhões de euros a uma taxa de juro que deverá rondar os 5% - já está disponível nos balcões do Montepio Geral, CGD e BPI. ■

O ministério da Economia, liderado por Álvaro Santos Pereira já conseguiu atingir uma taxa de execução de 50% do QREN.

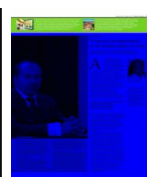
As medidas que podem apoiar

» PME Crescimento

A Linha de Crédito PME Crescimento tem uma dotação global de 1.500 milhões de euros e foi agora reforçada em mais mil milhões. Este montante é repartido da seguinte forma: 250 milhões para micro e pequenas empresas, 350 milhões para empresas exportadoras e os restantes 400 para todas as PME. Estas linhas visam apoiar investimento novo em activos fixos corpóreos ou incorpóreos, reforço do fundo de maneo ou dos capitais permanentes e para liquidar dívidas contraídas junto do sistema financeiro nos três meses anteriores à contratação da operação.

» Impulso Jovem

O programa Impulso Jovem, com uma dotação orçamental superior a 344 milhões de euros, pretende chegar a um universo de 90 mil



Paula Nunes

OPINIÃO

O sector empresarial e as saídas para a crise

As exportações têm sido fundamentais para minorar os efeitos da presente crise.

A

necessidade de recurso a assistência financeira externa, em Abril de 2011, encontra justificação não só em aspectos conjunturais (crise de dívida soberana da zona euro) mas também

em factores de natureza estrutural que importa identificar e corrigir. No âmbito do sector empresarial, a falta de competitividade externa, baixa produtividade, elevados níveis de endividamento e reduzida base de capital, o excessivo enfoque das empresas portuguesas em actividades e sectores não transaccionáveis ou o baixo grau de abertura ao exterior da economia como um todo, são algumas das fragilidades estruturais habitualmente diagnosticadas.

Alguns dos factores na origem deste enquadramento desfavorável serão de natureza cultural, relacionam-se com a base de partida muito desfavorável (por exemplo, a

Alguns dos factores na origem deste enquadramento desfavorável serão de natureza cultural.

nível do patamar educacional da população activa) ou poderão mesmo radicar em factores com origem histórica. O que não significa que este cenário seja irreversível. De facto, a chegada a bom porto da procura por um modelo de crescimento e desenvolvimento económico sustentáveis depende em grande medida da capacidade de resposta e de transformação do tecido empresarial português.

Nos últimos tempos, temos assistido a sinais auspiciosos no que diz respeito a este processo. Exemplificando: as exportações portuguesas têm sido fundamentais para minorar os efeitos da presente crise; são evidentes os bons resultados do esforço de diversificação de destinos geográficos das vendas de Portugal ao exterior: as exportações de mercadorias para países fora da União Europeia pesam já próximo de 30% do total e aumentaram 25% até Julho face ao período homólogo; há sinais de redução dos níveis de endividamento, ainda que tímidos; finalmente, destaca-se o sucesso de sectores tradicionais, designadamente a fabricação de têxteis, o único sector em que o número de desempregados decresce (dados do IIEFP) e o calçado português, o segundo mais caro a nível mundial evidenciando o resultado de uma estratégia bem conseguida de reestruturação e subida na escala de valor acrescentado. ■



PAULA CARVALHO
Economista chefe do BPI

A chegada a bom porto da procura por um modelo de crescimento e desenvolvimento económico sustentáveis depende em grande medida da capacidade de resposta e de transformação do tecido empresarial português.



os empresários

ovens, dando prioridade às designadas regiões de convergência (Norte, Centro e Alentejo). Foi criado o "Passaporte Emprego" que tem como público preferencial os jovens inscritos nos centros de emprego há pelo menos quatro meses. O programa abrange múltiplos sectores (industrialização, inovação, internacionalização, economia social, associações e federações juvenis e desportivas e agricultura), com enfoque nas empresas exportadoras.

>> Estímulo 2012

Esta linha de apoio tem como objectivo promover o retorno ao mercado de trabalho de desempregados com maiores dificuldades de inserção. Em termos de apoios financeiro, está definido uma percentagem de 50% da retribuição mensal paga ao trabalhador, até ao limite de um Indexante dos Apoios Sociais

(ISA com o valor de 419,22, por mês, pelo período máximo de seis meses). Está ainda prevista uma majoração de 10% nos casos de celebração de contrato de trabalho sem termo ou celebração de contrato de trabalho com desempregados e beneficiários do RSI.

>> Criação de empresas

Esta medida visa apoiar o empreendedorismo e a criação de empresas de pequena dimensão que originem a criação de emprego, concretamente desempregados há nove meses, em situação de desemprego involuntário ou jovens à procura do 1.º emprego (até 35anos) e trabalhadores independentes. Os futuros empresários têm de ser destinatários do programa, criar o respectivo emprego a tempo inteiro e ter mais de 50% do capital social. O projecto não pode exceder a criação de dez postos de trabalho.



Quase 200 empresas aderiram ao programa Revitalizar